

# INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DESENVOLVIMENTO ATÍPICO

Bruna Giordani Pereira<sup>1</sup>

Renato Rodrigues<sup>2</sup>

## RESUMO

Desenvolvimento atípico são aquelas crianças que apresentam algum aspecto físico ou intelectual, fora dos padrões a maioria das vezes são taxadas de adjetivos negativos e pejorativos, mas quase sempre nunca vai ser visto pelo o que realmente é, uma criança com uma deficiências, as famílias de crianças com desenvolvimento atípico devem procurar ajuda de especialistas para ter os cuidados básicos de saúde, como a estimulação precoce, terapias, diagnóstico, prevenção de agravos de acordo com a particularidade de cada criança. Tendo o diagnóstico em mãos por um profissional, essa criança requer algumas adaptações curriculares e de práticas pedagógicas efetivas, apesar de não ser todas as crianças com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento que necessitam de um professor de apoio. No ambiente escolar uma criança com desenvolvimento atípico, nem sempre necessita de um acompanhamento de um professor, vai depender do diagnóstico de cada criança, mas quando há esse necessidade o profissional tem que ser capacitado e conhecedor de seus comportamentos. O intuito desse trabalho é apresentar formas de se trabalhar e principalmente de acolher uma criança com desenvolvimento atípico, mostrando aos professores e educadores que sim tem métodos e várias maneiras de lidar com esse tema, transformando um ambiente acolhedor e inclusivo para essas crianças.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Professor. Criança. Inclusiva.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário FACVEST-UNIFACVEST, orientanda da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II (2023.2) [bruna.giordani.aluno@unifacvest.edu.br](mailto:bruna.giordani.aluno@unifacvest.edu.br)

<sup>2</sup> Professor da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II (2023.2), do Curso de Pedagogia do Centro Universitário FACVEST-UNIFACVEST e orientador do artigo. Coordenador do Curso de Pedagogia (UNIFACVEST). Pedagogo (FEDAVI/UNIDAVI), Psicopedagogo/Especialização (UNIDAVI), Tutoria em Educação a Distância/Especialização (UNIFACVEST), Mestre em Sociologia Política (UFSC), Mestre em Direito (Universidade Veiga de Almeida – UVA), Doutor em Direito (Universidade Veiga de Almeida – UVA), Editor da Revista Synthesis UNIFACVEST, Avaliador MEC/INEP, **Professor** e **Pró-Reitor** do Centro Universitário Facvest – UNIFACVEST [prpe@unifacvest.edu.br](mailto:prpe@unifacvest.edu.br) .

## ABSTRACT

Atypical development are those children who present some aspect out of standard physical or intellectual disability, most of the time they are labeled with negative and pejorative adjectives, but they will almost always never be seen for what they really are, a child with a disability, who should be investigated, diagnosed and treated, families of children with atypical development should seek help from specialists to provide basic health care, such as early stimulation, therapies, diagnosis, and prevention of injuries according to the particularity of each child. In the school environment, a child with atypical development does not always need to be monitored by a teacher, it will depend on the diagnosis of each child, but when there is a need, the professional must be trained and knowledgeable about their behaviors. The aim of this work is to present ways of working and especially of welcoming a child with atypical development, showing teachers and educators that there are methods and various ways of dealing with this issue, transforming a cozy and inclusive environment for these children.

**Keywords:** Development. Teacher. Child. Inclusive.

## 1 INTRODUÇÃO

Quando se fala de desenvolvimento atípico, vem em mente o que é? Do que se trata? Do que se refere? Perguntas bastantes coerentes que estudiosos podem nos responder, através de estudos e pesquisas. De acordo com o dicionário da Língua Portuguesa a palavra incluir significa “compreender”, já o termo “Inclusão” está descrito como “pertencente a” (CEGALLA, 2005).

O tema desenvolvimento atípico vem sendo utilizado para sinalizar uma criança com uma deficiência física ou intelectual ou baixo desenvolvimento do ensino e aprendizagem. Apresenta um sintoma primário, uma dificuldade real, relacionada a uma incapacidade ou uma limitação biológica.

Um déficit apresentado quando bebê, dando os primeiros passos, um desenvolvimento atípico motor, são sinais dado ao caminhar quando tropeça com mais facilidade. Um desenvolvimento atípico intelectual, quando se dá a entrada na escola e tem um certo retardo no acompanhamento das matérias desenvolvidas, um atraso, não consegue acompanhar e fica para trás em relação aos outros colegas.

Como definir um aluno atípico? Um aluno atípico é alguém que tem necessidades diferentes das outras crianças em sala de aula. Essas diferenças podem ser em áreas como o aprendizado, o comportamento, a comunicação ou a interação social, é importante

lembrar que todas as crianças são únicas e especiais à sua maneira, e que ter necessidades diferentes não significa que elas são atrasadas ou inferiores de alguma forma. Na verdade, os alunos atípicos têm habilidades e talentos incríveis, assim como todos os outros alunos na sala de aula.

Com base educação inclusiva, o que é educação inclusiva de fato? Como saber se uma escola está capacitada para receber uma criança com um desenvolvimento atípico, como saber se os professores são capacitados o suficiente para atender uma criança que precisa de cuidados especiais, pois uma criança com desenvolvimento atípico muitas das vezes não está apta a fazer as mesmas atividades que uma criança típica.

A inclusão implica na elaboração de recursos e métodos pedagógicos que sejam acessíveis a todos os alunos, rompendo com todas as barreiras que possam limitar a participação do estudante por conta da sua particularidade. A educação inclusiva foi fundamentada no Brasil no século XX (Figueira, 2017). Antes disso o sistema brasileiro de educação era fragmentado em duas direções: A escola especial para alunos com qualquer tipo de deficiência e o ensino regular para alunos sem deficiência.

Podendo abordar práticas pedagógicas para que essa criança se sinta incluída nas atividades de sala de aula, saindo da rotina e da monotonia, podendo ser apresentados: “o uso de estratégias metodológicas diversificadas, a cooperação durante a realização das atividades propostas, oferecer atividades que possibilitam que diferentes graus de complexidade assim como conteúdos distintos, dar aos alunos o poder de tomar decisões, avaliar a quantidade e a qualidade de apoio que cada aluno necessita, explorar a utilização de diversos materiais durante a realização das atividades, agrupar os alunos utilizando critérios variados, de acordo com a atividade a ser realizada, elaborar formas de avaliação adaptadas as necessidades e particularidades de cada aluno, realizar arranjos na sala de aula de modo que fique um espaço agradável para os alunos e professores, organizar a rotina da classe considerando o tipo de metodologia...(ALINE, 2012, p. 162).

## **2 A INCLUSÃO E A VIDA DE UMA CRIANÇA COM DESENVOLVIMENTO ATÍPICO.**

Na idade média eram vistos como aberrações a igreja católica predominante na época os tratavam como se fossem dominados por demônios, em alguns casos os tratavam como próprio demônio, e a pena para isso era a morte, a igreja mandava que queimassem em grandes fogueiras em meios as praças.

Nas palavras de Aranha (2000, p.10), ao tentar se proteger da insatisfação e das manifestações, “a Igreja iniciou um dos períodos mais negros da História da Humanidade: a perseguição, caça e extermínio de seus dissidentes, sob o argumento de que eram hereges, ou ‘endemoninhados’.” Pessoas consideradas “diferentes” sofreram muito.

Com o passar dos anos, esse pensamento mudou, teve muitos avanços nas pesquisas que conseguiram ajudar, mudando o rumo da história, o preconceito existiu e sempre existirá, mas só de pensar nesses avanços, essas crianças de hoje em dia têm muita ‘sorte’,

claro que precisamos de muitos avanços, tanto na educação quanto na medicina para melhorar ainda mais a vida dessas criança.

Dados da Organização das Nações Unidas – ONU destacam que aproximadamente 10% da população mundial apresenta algum tipo de deficiência. Para o Brasil a estimativa é de 15 milhões de portadores de necessidades especiais.

O desenvolvimento atípico está associado não só a parte mental de uma criança, mas também engloba outras dimensões podendo ser encontrada e citada por Rossi, onde ele menciona algumas outras deficiências:

Rossi (2012, p. 7) apresenta algumas dimensões da deficiência múltipla:

**Física e Psíquica**

Deficiência física associada à deficiência mental;  
Deficiência física associada a transtornos mentais;

**Sensorial psíquica**

Deficiência auditiva associada à deficiência mental;  
Deficiência visual associada a deficiência mental;  
Deficiência auditiva associada a transtornos mentais;

**Sensorial e Física**

Deficiência auditiva associada à deficiência física;  
Deficiência visual associada a deficiência física;

**Física, Psíquica e Sensorial**

Deficiência física associada à deficiência visual e à deficiência mental;  
Deficiência física associada a deficiência auditiva e à deficiência mental;  
Deficiência física associada à deficiência auditiva e à deficiência visual.

Quanto ao papel da família é de suma importância para que o processo de inclusão aconteça, que procure superar desafios internos e externos para possibilitar à criança o fortalecimento de suas reais capacidades, é preciso enxergar para além da deficiência aparente. O primeiro passo é mudar o olhar, o foco deve ser dado na possibilidade e após isso buscar meios para potencializá-la. Aceitar essa criança com suas limitações e começar todo um mecanismo de adequação e adaptação na própria casa fazendo com que esse ser possa viver com qualidade participando da vida social.

Professores e educadores, estão encontrando dificuldades nos tempos atuais no acompanhamento e na relação entre os pais, um fato apontado por Aiello (2002):

[...] “as queixas mais frequentes que os pais apresentam em relação aos profissionais são: falta de tempo, falta de transporte, dificuldade em compreender a linguagem técnica utilizada pelos profissionais que atendem seu filho, sentimento de inferioridade em relação aos profissionais, falta de conhecimento que o filho apresenta e suas consequências e dúvidas sobre de que modo eles e os profissionais podem ajudar a criança.”

No ponto de vista da escritora Aline Maira da Silva em seu livro Educação especial e inclusão escolar: histórias e fundamentos, ela mostra o outro lado da história, a visão dos professores em relação aos pais:

[...] “segundo a escritora, os profissionais, por outro lado, queixam-se da apatia ou indiferença dos pais, da falta de tempo e do não reconhecimento do trabalho realizado por eles em benefício de seus filhos” (ALINE, 2012, p. 161)”.

No Livro Educação Especial: formação de professores para a inclusão escolar, escrito por Jaime Pinheiro de Oliveira, traz temas bastante importante sobre a sua visão desse relacionamento escola e criança:

[...] “à noção de uma educação com perspectiva inclusiva tornou-se um elemento muito importante do pensamento educacional internacionalmente, e por isso a expressão “educação inclusiva” passou a ser bastante utilizada nos últimos anos.” (JAIME, 2022, p. 54)

A análise do comportamento de uma criança com desenvolvimento atípico é analisada pela Psicologia, Jaime evidencia esses estudos e análise. “A análise do comportamento é um campo da Psicologia que conta com três ramos principais, a saber: o behaviorismo, que estuda os aspectos filosóficos e epistemológicos da ciência comportamental; a análise experimental do comportamento, que se fundamenta e trabalha com pesquisas básicas de laboratório; e análise do comportamento aplicada (ABA)” (JAIME, 2022, p. 41).

Para Sampaio (2010, p. 31), necessitamos, como professores e pesquisadores, encontrar caminhos para transformar a educação, resgatando a humanescência perdida, ou seja, “aprender a condição humana, aprendendo a aprender a ser”, rompendo a formação contemporânea, para buscar meios que atinjam a vida do educando, a partir da sua própria vivência e propiciando sua formação para a vida.

De acordo com a nota técnica, do MEC, o AEE, na Educação Básica, é organizado para complementar ou suplementar a formação de alunos com deficiência física, sensorial ou intelectual, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtornos Desintegrativos da Infância e Transtornos Invasivos sem especificação, Superdotação e Altas Habilidades, sendo ofertado obrigatoriamente no turno inverso ao da classe regular, na própria escola ou em centro especializado. Segundo BARBOSA (2012, p. 95):

[...] O Atendimento Educacional Especializado é como um motor para o processo inclusivo nas instituições de ensino. Baseado no princípio de que todo ser humano aprende e é capaz, o serviço busca contribuir para que não só o estudante por ele atendido seja beneficiado, mas também seus

professores, seus colegas de turma, a escola como um todo e sua família.

González Rey (2004, 2005, 2005, 2007) afirma a inclusão anseia por professores que se posicionem como sujeito, pois é uma forma reflexiva, crítica e criativa frente às demandas sociais e pessoais, adotando um compromisso ético com a escolarização de alunos com necessidades especiais e com a promoção da inclusão social no âmbito escolar.

Para Marilene Calderaro Munguba, investigar e refletir as demandas de uma educação inclusiva, tem se tornado um constante desafio, ela indica esses desafios em seu livro: Educação Inclusiva: perspectivas complementares no respeito às diferenças, essas evidências são marcadas por grandes pensadores e estudiosos, uma delas é definida por Atallah e Castro (1998, p.7):

[...] “como o uso consciente, explícito e judicioso da melhor evidência atual para tomada de decisão o processo de cuidar individual do paciente”

Saber lidar com a diversidade em sala de aula, é muito importante que o professor esteja preparado para acolher os alunos, ouvindo suas histórias e compreendendo suas necessidades. Uma maneira de se desenvolver estas competências em sala de aula é a partir do diálogo, saber sobre os desejos de atuação. Neste sentido, é indispensável além do docente, que toda a instituição universitária assuma uma postura inclusiva.

O direito do ingresso de criança com desenvolvimento atípico na educação especial está previsto na Constituição Federal de 1988, sendo obrigatório a presença e usufruir do gozo do conhecimento, por mais simples que for. Para Bruno (2008) “afirma que a educação infantil é um espaço privilegiado no que tange em lidar com a diversidade, diferenças culturais, sociais, como também combate à situação de desigualdade exclusão que vivam essas crianças. Com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.9,394/96 (BRASIL, 1998), a educação infantil foi considerada uma importante etapa da educação básica, por se compreender que ela é fundamental por desenvolver holisticamente a criança com e sem deficiência.”

[...] “acredita que inclusão escolar seja efetivada com êxito, não basta que apenas alguns professores dentro de uma escola acreditem nela. Pelo contrário, é necessário que toda a comunidade escolar, incluindo familiares e alunos, acreditem e sigam os princípios básicos da inclusão, ou seja, democracia, igualdade, busca de uma educação de qualidade para todos os alunos.” (SHAFFNER: BOSWELL, 1999)

Quais são os fundamentos da educação inclusiva?

- Toda criança tem o direito de acesso à educação;
- Toda pessoa aprende;
- O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular;
- O convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos;
- A educação inclusiva diz respeito a todos.

Segundo a autora Figueira (2017) foi a partir do terceiro momento, com a proclamação de algumas legislações que esse público teve grandes avanços, a ratificação da inclusão para uma efetiva educação, reconhecendo as necessidades da pessoa com deficiência de conviver com todos. Um novo conceito ganhou voz: a inclusão escolar e social, esse novo conceito trouxe mudanças importantes para esse público.

Toda criança tem o direito à educação e oportunidade de atingir um nível adequado de aprendizagem, é um grande princípio que traz à tona a ideia que toda criança, especiais ou não têm o direito de atingir um nível adequado de aprendizagem.

Dois grandes fundamentos gerais, a LDB (Lei de Diretrizes Básicas da Educação) também versa em seu artigo 3º, inciso I sobre a igualdade de condições de acesso. Veja a letra da lei especificamente:

- : Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
- LDB I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

A legislação brasileira garante educação para todos de maneira igualitária para todos, foi criando no decorrer do tempo as leis que viabilizam esse direito a todos, sendo eles:

- **1988** – Constituição da República: Prevê o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; garante o direito à escola para todos; e coloca como princípio para a Educação o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.
- **1989** – Lei nº 7.853/89: Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa.
- **1990** – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Garante o direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sendo o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito (também aos que não tiveram acesso na idade própria); o respeito dos educadores; e atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular.
- **1994** – Declaração de Salamanca: O texto, que não tem efeito de lei, diz que também devem receber atendimento especializado crianças excluídas da escola por motivos como trabalho infantil e abuso sexual. As que têm deficiências graves devem ser atendidas no mesmo ambiente de ensino que todas as demais. O Brasil ao assinar a Declaração de Salamanca assume o compromisso político-social de transformar os sistemas de educação em sistemas educacionais inclusivos, os quais deverão respeitar as diferenças de qualquer ordem e reorganizar o espaço escolar de forma que se garanta a convivência na diversidade e a democratização do conhecimento.
- **1995** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): A redação do parágrafo 2º do artigo 59 provocou confusão, dando a entender que, dependendo da deficiência, a criança só podia ser atendida em escola especial. Na verdade, o texto diz que o atendimento especializado pode ocorrer em classes ou em escolas especiais, quando não for possível oferecê-lo na escola comum.

- **2000** – Leis nº 10.048 e nº 10.098: A primeira garante atendimento prioritário de pessoas com deficiência nos locais públicos. A segunda estabelece normas sobre acessibilidade física e define como barreira obstáculos nas vias e no interior dos edifícios, nos meios de transporte e tudo o que dificulte a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios de comunicação, sejam ou não de massa.
- **2001** – Decreto nº 3.956 (Convenção da Guatemala): Põe fim às interpretações confusas da LDB, deixando clara a impossibilidade de tratamento desigual com base na deficiência. O acesso ao Ensino Fundamental é, portanto, um direito humano e privar pessoas em idade escolar dele, mantendo-as unicamente em escolas ou classes especiais, ferem a convenção e a Constituição.

Declaração de Salamanca (1994), visa conscientizar a necessidade das instituições, de forma geral, adotarem uma conduta inclusiva capaz de atender a todos indistintamente, adequando-se as necessidades individuais de cada um, defende a ideia da adequação curricular, planejamento de estratégias para que alunos que apresentam dificuldades possam aprender da mesma forma que os demais.

[...]O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptandose aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1990, p. 11-12)

As diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.

[...]A Resolução nº 2/2001, aprovada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, coloca para os sistemas de ensino o desafio de se organizar para incluir os alunos e atender suas necessidades educacionais especiais.

Já, RADMANN e PASTORIZA (2016) afirmam que ao falar da educação inclusiva no ensino é importante para desmascarar a ideia de que educandos com necessidades não conseguem compreender o conteúdo conceitual das aulas. Os autores enfatizam ainda, que as escolas brasileiras inserem alunos com necessidades especiais em suas salas de aulas, mas isso ainda não se denomina inclusão, uma vez que ainda prevalece somente o compartilhamento do espaço.

[...] um ‘novo paradigma’, que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser

valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino. (PRIETO, 2006, p.40)

Na citação acima o autor deixa evidente a necessidade de educar para heterogeneidade quando o assunto é o processo de inclusão, tendo em vista que a escola necessita está preparada fisicamente e funcionalmente.

Nesse sentido, pondera Gomes, da seguinte forma:

[...] Apesar do avanço teórico das propostas inovadoras em relação aos projetos educacionais, com a consideração de distintos modelos de atuação profissional, as configurações básicas do sistema de formação e profissionalização dos professores, indicam ainda enfatizar um modelo tradicional de considerar a organização dos alunos em sala de aula, focados ainda muito mais na reprodução do que na construção do conhecimento. E assim, o questionamento quanto à função da escola em nossos dias é inevitável: seria instruir e transmitir os conhecimentos ou formar integralmente o aluno? (2012, p.8).

Cativar uma criança com algum tipo de desenvolvimento atípico se torna algo muito difícil, porém podendo ser encarado como um desafio, algo que vai mexer com a imaginação, instigar o professor a ir além do seu poder imaginário. Podendo ser aplicado brincadeiras que potencializam o desenvolvimento infantil, citar algumas de relevância que tem de fácil acesso nos CEIMS e escolas: massinhas, fantasias, desenho e pinturas, blocos e quebra-cabeças, música, dança e canto, faz-de-conta, correr e pular, jogos sensoriais, entre outros. Todos estimulam, fazem ter interação entre crianças ‘normais’ e crianças com desenvolvimento atípico.

Através de um panorama atual sobre a educação inclusiva, ainda tem muito a ser aprimorado, para (LUCIANE TOMAZELI, 2020):

[...] “apesar de os esforços e dedicação dos profissionais próximos à realidade da inclusão, esse ainda é um processo que não se aplica em sua integridade devido a questões multifatoriais que vão desde a capacidade de professores até a própria aceitação da sociedade.”

Sendo assim é importante ressaltar o quanto é necessário superar o modelo tradicional de ensino que tende a exigir dos alunos apenas um conhecimento memorizado

a ser reproduzido nas atividades e testes, deixando de lado sua capacidade criativa, o que prejudica muito a inclusão dos alunos deficientes, que por vezes apresentam dificuldades a decorarem ensinamentos, mas que por outro lado tem um perfil criativo a ser explorado.

Para Gomes (2012, p.8) esse tipo de ensino que estimula apenas a reprodução do conhecimento acaba por fragmentar o ensino, e pode vir a fazer com que um aluno deficiente que tem muita criatividade sintam-se inferior por não ter tanta facilidade a memorizar conteúdo. Já na visão de BARROS, o mesmo sentido, afirma que:

[...] a própria formação escolarizada é constituída por dispositivos que produzem e disciplinam a ordem pedagógica. Dispositivos que, como a punição e a recompensa articulados, os exames, as regras disciplinares, entre outros, ao se efetivarem no cotidiano das práticas escolares, colocam e recolocam, permanentemente o alunado na lógica do funcionamento social dominante” (2000, p.33).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao concluir esse trabalho, deu para ver que toda criança com algum tipo de deficiência, encara diversidades, mesmo no século XX, são obrigadas a viver numa sociedade, um tanto preconceituosa e ao mesmo tempo intolerante, os professores são obrigados de certa forma acalentar essas crianças e fazerem delas as mais sociáveis possível, até quando teremos uma política tão desinteressada com esses seres indefesos?

No geral, pouco importa às pessoas saberem que possuem os direitos reconhecidos, se o exercício deles lhes é recusado na prática. Ressaltamos aqui, que a luta pela educação inclusiva não pode parar, existe um longo período a percorrer na luta por uma educação para heterogeneidade, onde a escola e todos os profissionais estejam preparados.

Tendo em vista a questão fundamental da pesquisa qualitativa empírico-teórica, que previa verificar estratégias, recursos didáticos e materiais, bem como atitudes docentes mediadoras da aprendizagem e o planejamento e intervenções voltadas à alfabetização de alunos com deficiência intelectual, em interface com o AEE, a partir das observações de campo e entrevistas com os profissionais envolvidos na pesquisa,

considera-se que o trabalho apresentou-se relevante, possibilitando análise de um recorte da realidade das práticas de inclusão de alunos com desenvolvimento atípico.

No decorrer dos estudos feitos, é notável que os pais e professores tem expectativas distintas em relação a esses ‘anjos’ por assim dizer, são tantos os desafios enfrentados no dia a dia que se torna um fardo, algo que não deveria ser. O cansaço é compreensivo, mas até que ponto essas crianças vão sofrer com a falta de estrutura. É evidente que tudo está em volto em uma divisão de nível de conhecimento, será que tem que haver uma separação para melhor introduzir o conhecimento a elas.

Se um profissional da educação comum é capaz de lidar com os mais variados casos de desenvolvimento atípico, nesse caso o mais importante é fazer uma capacitação, estudar, se aprofundar no assunto, porém nos dias de hoje é tão complicado estar apto a ser um profissional reconhecido que as buscas por um com conhecimento mais aprofundando, acaba se tornando fútil.

Pode-se analisar a grande crescente desse tema, como ser um educador em tempos onde grandes problemas se agravam, onde faltam recursos físicos na escola, podendo levantar várias questões governamentais que são os principais responsáveis por repassar verbas, mas isso não impede que o educador, o professor, busquem conhecimento, estudem sobre como manter uma sala de aula atrativa, dinâmica, cativante.

Desta forma a formação de professores deve ser prioritária, pois este profissional é protagonista na concretização efetiva de uma escola inclusiva. A falta de contato com os conceitos científicos inclusão e desenvolvimento atípico, na formação de futuros/as professores/as, que poderão vir a trabalhar para a inclusão de alunos/as com desenvolvimento atípico, pode fundar uma barreira na implementação da educação inclusiva.

No geral da para concluir que se tiver uma escola inclusiva, com professores capacitados, os pais acompanhem o dia a dia escolar dessas crianças atípicas, é possível deixa-las a vontade e sem dúvida nenhuma pode tornar bem mais fácil a convivência e a rotina dessas crianças. Entretanto, as particularidades de cada aluno devem ser consideradas de modo que permita que eles agreguem seus conhecimentos com os conhecimentos dos demais, de forma que haja uma interação, o que é muito proveitoso para o desenvolvimento social comum.

Portanto, percebe-se que para haver uma reestruturação na qualificação e na formação dos professores, para melhor receberem os alunos com deficiência e conseguirem fazer as alterações necessárias no ensino para que estes alunos se sintam incluídos é necessário rever o paradigma educacional.

## **REFERENCIAS**

BARBOSA, M.C. Do Preferencial ao Necessário: O Atendimento Educacional Especializado na Escola Comum. 2012. Dissertação (Mestrado). 174 f. Unicamp, Campinas.

Baril, N., Minetto, M. de F., Zanchi Boueri, I., Fernandes de Castro, S., & Albach Carniel, T. C. (2021). Estratégias na elaboração de planos de apoio para alunos com desenvolvimento atípico. *International Journal of Developmental and Educational Psychology Revista INFAD de psicología*, 2(1), 171–180.  
<https://doi.org/10.17060/ijodaep.2021.n1.v2.2082>

BRASIL, legislação educacional. Disponível em: [Legislação educacional no Brasil: tudo o que você precisa saber \(pedagogiaaopedaletra.com\)](https://legisla.legis.gov.br/). Acesso em: 28. Set. 2023.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. A construção da escola inclusiva: uma análise das políticas públicas e a da prática pedagógica no contexto da educação infantil. *Ambiente e Educação*, São Paulo, v.1, n. 2, p. 56-67, 2008.

CUNHA, N. V. S.; AYRES, N.; MORAES, B. A teoria da compensação em Adler e em Vygotsky. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*. Ano 2, Número especial, p. 61-71. Dezembro 2010.

DE OLIVEIRA, Jáima Pinheiro. **Educação especial**: formação de professores para a inclusão escolar. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 04 out. 2023.

FIGUEIRA, Emílio. *O que é educação inclusiva*. São Paulo: Brasiliense, 2017.

GOMES, Claudia. *Práticas Pedagógicas na Educação Inclusiva: Desafios para a qualificação do processo de ensino e aprendizagem*. Universidade Federal de Alfenas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, diretrizes nacional da educação. Disponível em: [Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica — Ministério da Educação \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/educacao/pt-br/assuntos/diretrizes-nacionais-para-a-educacao-especial-na-educacao-basica), Acesso em: 29. Set. 2023.

MUNGUBA, Marilene Calderaro; JOCA, Terezinha Teixeira (org.). *Educação inclusiva: perspectivas complementares no respeito às diferenças*. 1. ed. Jundiaí: Paco e Littera, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 29 set. 2023.

RADMANN, Tatiane; PASTORIZA Bruno dos Santos. *Educação Inclusiva no ensino de Química*. Florianópolis, SC, Brasil – 25 a 28 de julho de 2016.

Rodrigues, Renato; Gonçalves, José Correia: *Procedimentos de metodologia científica / Renato Rodrigues*. 10. ed. Lages: PAPERVEST, 2021, 195 p. ISBN 85-89527-02-6 CDU001-81. Documentos – Normas. 2. Documentação – Normalização. 3. Normalização – Referências. 4. Artigo – Resumo. 5. Síntese. 6. Estrutura – Trabalhos acadêmicos. 7. Manual.

ROSSI, Fernanda Lima Cro. *Práticas educacionais inclusivas: deficiência múltipla*. Uberlândia, 2012.

SAMPAIO, Ana Tânia Lopes. *Pedagogia vivencial humanescente: educação para o sentipensar a condição humana*. In: CAVALCANTI, Kátia Brandão (Org.). *Pedagogia*

vivencial humanescente: para sentipensar os sete saberes na educação. Curitiba: CRV, 2010, p. 31

SILVA, Aline Maira da. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 28 set. 2023.

TOMAZELI, Luciane. Educação inclusiva aplicada às deficiências: visual, auditiva, física e intelectual. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 04 out. 2023.